

Imperadores em construção: modelos imperiais na *História Augusta*¹

Carlos Augusto Ribeiro Machado

Abstract

Late Roman political ideology was influenced by different conceptions of the imperial power. These concepts were used to build models of the good emperor, and these models were disseminated throughout society via coins, monuments and literary works. In this article I intend to discuss the use of these models and conceptions in the Historia Augusta as a way of understanding Late Roman senatorial ideology.

Esse trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre as formas e mecanismos de legitimação política existentes na cultura política baixo-imperial romana. Nesse sentido, já tivemos a oportunidade de apresentar, nesta revista, algumas críticas a abordagens monolíticas sobre estes mesmos temas, que confundiam a ideologia imperial com a ideologia política romana em geral. Não devemos descartar a importância do poder imperial na definição dessa cultura política, no entanto, uma vez que era esse o elemento definidor do campo político em que conviviam o Exército, a burocracia, a Igreja e os Senados de Roma e Constantinopla (entre outros elementos).

O que pretendemos fazer aqui é analisar a ideologia política de alguns grupos senatoriais de Roma aos quais esteve ligado o redator da *História Augusta* (HA). Esta obra, uma coleção de biografias de imperadores, usurpadores e pretendentes, é atualmente considerada trabalho de um único autor que teria vivido no final do século IV, apesar das informações em contrário que oferece. Analisaremos a maneira como a figura do imperador é construída em quatro biografias, a de Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cômodo. Temos aí quatro situações bastante diversas, que encerram todos os “tipos” constantes do conjunto das biografias: dois imperadores, um bom (Marco Aurélio) e outro mau (Cômodo), um co-imperador (Lúcio Vero) e um usurpador (Avídio Cássio).

Cada uma destas personagens é apresentada de uma maneira determinada: Marco Aurélio é considerado “preeminente dentre todos os imperadores pela santidade de sua vida” (*Marco*, I, 1); de Vero é dito que não deve ser considerado nem um bom nem um mau imperador (*Vero*, I, 3-5); Avídio Cássio, se tivesse chegado a imperador, teria sido excelente (*Cássio*, XIII, 10); Cômodo, enfim, era alguém a respeito de quem era difícil acreditar que nascera para ser um imperador, e não para uma vida infame (*Cômodo*, II, 8-9). Longe de gratuitos, estes julgamentos eram feitos de acordo com critérios preexistentes do que seriam o bom e o mau imperador.

1. Desde o início do Império, foram elaborados modelos de comportamento e de virtudes que deveriam estar presentes nos (bons) soberanos. O período imperial romano não foi exatamente revolucionário nesta atitude, uma vez que tomava uma longa tradição do pensamento helenístico como ponto de partida. Filósofos como Platão e Aristóteles já haviam se dedicado à questão das formas de governo: o ideal platônico do rei-filósofo já era, no final da República, bem conhecido dos romanos (HIDALGO DE LA VEGA, 1995). A partir da instituição das monarquias helenísticas, no entanto, esta tradição tendeu a florescer cada vez mais.

A reflexão sobre a natureza do poder monárquico, problema que se colocava então, propiciou a elaboração de tratados sobre a realeza, nos quais o rei era visto não só como o provedor e a encarnação da lei, mas como o escolhido dos deuses. A posição dos reis na sociedade passou a ser legitimada também através de sua associação com a esfera do divino: a fonte do poder real não era vista como estando na sociedade na qual ele era exercido, mas além dela.

Podemos identificar, basicamente, duas fontes para esse tipo de reflexão: uma primeira, produto da instalação de monarquias em um mundo de cidades, estava ligada à atividade dos filósofos das cidades gregas como embaixadores na corte — lá, ofereciam tratados sobre a realeza ao rei, nos quais ensinavam a maneira correta de exercer seu poder (HIDALGO DE LA VEGA, 1995: 34). Uma outra fonte tinha como origem a valorização da cultura clássica a partir do século III a.C.: o surgimento de eruditos ligados à corte, desprovidos de obrigações se não para com aquele que os sustentava, propiciou a formulação de justificativas teóricas para o poder que era exercido e controlado por apenas um homem (ZANKER, 1997: 180-181). Desenvolvia-se assim a idéia de que o rei deveria ser sábio, virtuoso, bom militar e, ainda, participante da *paideia* clássica.

Neste sentido, a coincidência entre a valorização da cultura helenística, a crise da República e o desenvolvimento deste tipo de reflexão entre os romanos não deve ser vista como um acontecimento fortuito. Uma especificidade que não pode ser ignorada, no entanto, é a existência, em Roma,

de uma poderosa aristocracia senatorial. Ao menos no período de formação do Principado, esta ainda podia se ver (e ser vista) como um centro de poder alternativo ao do Imperador. Isso impedia a existência de um único modelo do bom imperador no campo político romano. Na verdade, conviviam e concorriam entre si diversos modelos, de origens diferentes. Nas reflexões senatoriais a respeito do poder imperial um outro elemento era adicionado aos demais: o imperador devia ser um bom cidadão, o primeiro entre os demais, respeitando as convenções e tradições republicanas — ou senatoriais.

Dessa forma, a qualidades como a *virtus*, *clementia*, *iustitia* e *pietas* (além do próprio caráter excepcional do soberano), foi adicionada a *ciuilitas* (CORASSIN, 1983: 200). Seria lícito afirmar que, neste sentido, a ideologia imperial romana, ou ao menos um dos modelos de imperador, teve sua origem — em parte — nos círculos senatoriais. Os efeitos dessa mudança não foram apenas retóricos: expondo sua civilidade, o imperador acabava por encenar publicamente a concepção segundo a qual seu poder tinha origem na estrutura interna da mesma sociedade em que era exercido. Para L. de Blois (1994: 171), ao contrário do que seria feito depois, quando a divinização do imperador veio a assumir o papel preponderante na definição de suas qualidades, a ênfase era então colocada em seu comportamento pessoal e em questões práticas. Mostrando fazer parte das elites senatoriais, ao mesmo tempo em que se colocava no topo da hierarquia social, o soberano reforçava essa mesma hierarquia, realçando a dignidade de seus pares.

Ao mesmo tempo, a divulgação destes modelos e seu uso como parâmetro pelos senadores para elogiar os bons imperadores (como Plínio fez em seu *Panegírico a Trajano*) também servia como uma forma de *prescrever* o comportamento mais apropriado ao imperador que pretendesse ser considerado “bom”. A importância disso em alguns círculos baixo-imperiais ainda seria considerável, o que explica a atenção de historiadores do período com questões morais e comportamentais: a personalidade do governante era decididamente um fator a ser levado em conta na política baixo-imperial — era também, podiam esperar, um dos poucos elementos dessa política passíveis de alteração através de bons conselhos e exemplos (BROWN, 1992: 57). Afinal, é fornecendo um “esquema classificatório” a partir do qual um segmento das condições objetivas da sociedade é experimentado (ou seja, é tornando-se prescritivo), que o modelo do bom imperador demonstra sua maior eficácia (BOURDIEU, 1981).

Em nossa opinião, o mesmo não ocorria com os maus imperadores: em um campo político no qual diferentes forças buscavam impor o seu

próprio “esquema classificatório”, não faria sentido falar em uma prescrição do mau comportamento aos governantes. No sentido simultaneamente descritivo e prescritivo com que estamos tratando os modelos do bom imperador, seria inaceitável falar em um modelo de tirano (ou seja, não existe um mau modelo em oposição ao bom). É importante salientar que isso não impediu o desenvolvimento de reflexões ou mesmo a identificação de características próprias aos maus imperadores. A reflexão sobre estes, no entanto, permanecia mais difusa — o que talvez contribuisse para aumentar sua eficácia como arma política, uma vez que qualquer um poderia ter alguma característica do tirano.

2. A forma como estes modelos do bom imperador eram utilizados dependia do veículo através do qual esse uso se dava (além de quem os usava). As estátuas de imperadores, os tipos monetários, os arcos triunfais eram, assim como os panegíricos e discursos filosóficos, alguns dos meios para isso. Uma vez que cada veículo possuía suas especificidades, sendo um discurso filosófico ou um tratado sobre a realeza muito mais adequado para a exposição abstrata de princípios ideais do que uma obra histórica, para realizar um estudo nesse sentido tomando a *HA* como fonte é necessário levar em conta ao menos um aspecto do gênero literário no qual se insere.

Sendo uma coletânea de biografias, a *HA* tinha uma abordagem mais objetiva do poder imperial e dos elementos que o constituem do que a de um tratadista como Dião Crisóstomo. Apesar de nas biografias serem ocasionalmente elencadas algumas das qualidades do bom imperador, assim como os vícios de seu oposto, os imperadores foram caracterizados a partir de outros critérios. Em primeiro lugar, porque em um texto que se propõe a narrar a história da vida de alguém, os defeitos e qualidades da personagem não precisam aparecer apenas como adjetivos, mas também implícitos na ação. Ou seja, ao invés de afirmar que um certo imperador é cruel, sua biografia pode narrar um sem-número de atos que demonstrem essa característica de seu comportamento. Além disso, enquanto um retrato ou um tipo monetário só podem mostrar as particularidades do retratado positivamente, uma obra biográfica pode descrever ações e qualidades que recrimina.

Sua representação do biografado podia ser, assim, muito mais complexa e nuancada do que a de representações materiais (caso da moeda ou da estátua) ou de panegíricos. Essa diferença entre os meios reforçava a diferença entre as intenções. A *HA* não chegava a inovar, com esse procedimento: Suetônio representava um bom modelo preexistente de como era possível desmitificar os Césares através da narração de sua vida priva-

da (CIZEK, 1995: 260). Assim, a análise dos modelos imperiais nestas biografias deve levar em conta todos os elementos que estão presentes na elaboração destes modelos, e não apenas julgamentos de valor. Analisando a maneira como são retratadas a formação do biografado (seus antepassados, sua educação e sua carreira), sua vida pública e sua vida privada podemos identificar quais são os elementos privilegiados na obra. A partir daí é que poderemos entender como as biografias de Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cômodo os retratam.

a) A Formação da Personagem

Com esse título, estamos nos referindo ao período que antecede a chegada dos biografados à púrpura imperial (no caso de Avídio Cássio, à usurpação). Aí, são privilegiados três elementos: seus ancestrais, a sua educação — entendida de uma maneira bastante formal, ou seja, seus estudos — e sua carreira.

A maneira como a *HA* trata os antepassados de seus biografados evidencia a importância desse elemento na política romana da época. Iniciar uma biografia com a rememoração dos antepassados do biografado significa estabelecer, desde o princípio, a qualidade da personagem. É o que acontece no caso de Marco Aurélio: seus antepassados, com seus cargos, são cuidadosamente enumerados (*Marco Aurélio*, I, 2-4). Vemos, assim, o desfile de pretores, cônsules e prefeitos da cidade. Seu avô paterno já havia sido feito patrício na época de Vespasiano e Tito, e tanto seu bisavô paterno como o materno haviam sido senadores. Dessa forma, a nobreza de Marco é ressaltada, sua proveniência garantindo seu caráter.

Para os senadores que tomavam conhecimento dessa ascendência, além disso, ela exercia uma outra função: permitia identificar o imperador como originário das elites tradicionais. A partir do século III, passaram a ser mais comuns imperadores saídos de outros meios, como o Exército, ou então membros de famílias “novas”. Segundo Amiano Marcelino, ao tentar usurpar o poder de Valente em 365, Procópio teria acusado o imperador de “panoniano degenerado”, apresentando-se como dotado de uma majestade ancestral (XXVI, 7, 16), o que indica que essa questão não era um “mero detalhe”.

Os próprios círculos imperiais valorizavam a nobreza, mesmo que fosse inventada. Não é por acaso que em um panegírico composto em 310 tenha sido divulgado o parentesco entre Constantino e Cláudio II (*Panegírico de Constantino*, II,2). Quase 90 anos depois, a mesma alegação de

nobreza foi repetida no panegírico do quarto consulado de Honório (de 398), onde as glórias de sua casa espanhola eram celebradas, com destaque para os feitos de seu avô e de seu pai (Claudianus, *Panegírico pelo Quarto Consulado de Honório*, 18-121).

O mesmo esquema, aliás, é reproduzido na biografia de Lúcio Vero, também de família tradicional: seus avós eram de nível consular, e seu pai havia sido adotado por Adriano e feito César (*Vero*, I,6-9). O efeito aí, no entanto, não é exatamente o mesmo: apesar de a ascendência de Vero não ser tão bem conhecida quanto a de Marco (muito provavelmente pela falta de fontes), seu pai também foi biografado na *HA*: aparece como um homem culto, apesar de fútil, cujo maior mérito foi ter sido o primeiro César a morrer sem chegar a Augusto (Hélio, II,1). Talvez não fosse um bom prospecto para o futuro co-imperador.

É a biografia de Avídio Cássio, no entanto, que apresenta a informação mais interessante, justamente por ser falsa. Ao falar de seus antepassados, o biógrafo inventou uma ascendência, ligando o usurpador, pelo lado materno, à família dos *Cassii*, que havia conspirado contra Júlio César (*Cássio*, I,4) e atribuindo ao seu pai, Avídio Severo (o nome correto é C. Avídio Heliodoro), um papel de destaque no reinado de Marco Aurélio (I,1-2). Como observou André Chastagnol, na verdade Cássio foi o primeiro de sua família a se tornar senador (1992: 123; 1994: 188). Podemos assim nos perguntar: por que o autor inventaria estes dados?

Na verdade, a partir destas informações, a tentativa de usurpação de Cássio passou a ter conotações diferentes: não se tratava de um usurpador qualquer, mas do membro de uma família com uma certa tradição a tentar tomar a púrpura. Isso significava, no panorama político do século IV, especialmente no seu final, valorizar um usurpador através do passado de sua família. Assim é que “*Cássio, descendente, como dissemos, da família dos Cassii que conspirou contra Júlio, odiava secretamente o principado e não podia suportar o título de imperador...*” (I,4): a usurpação não era apresentada como o produto da ganância ou da soberba, mas do ódio familiar a um sistema político que atentava contra as liberdades. Produzida na mesma parte do Império em que tiveram origem e apoio duas importantes tentativas de usurpação das últimas décadas do século IV, a *HA* afirmava, assim, uma posição bastante independente da corte imperial.

Nesse conjunto, a biografia de Cômodo poderia ser a exceção que confirma a regra: é aberta com a observação de que sua ascendência já havia sido devidamente tratada na biografia de seu pai, Marco Aurélio (*Cômodo*, I,1). A própria biografia de Marco Aurélio, no entanto, atribui

uma ambigüidade a esta afirmação, ao abrir duas possibilidades para sua interpretação. Se por um lado Cômodo efetivamente possuía a mesma ascendência que seu pai, por outro é ligado ao comportamento adúltero de sua mãe, Faustina.

A biografia de Marco faz diversas críticas ao comportamento da imperatriz, acostumada a tomar gladiadores como amantes. Ao mesmo tempo em que isso dava origem a piadas (*Marco Aurélio*, XXIX, 2-4), ocasionou o nascimento de Cômodo (XIX, 1-4). “*O que torna essa história plausível, é que o filho de um príncipe tão virtuoso tivesse costumes piores do que os de um treinador de gladiadores, de todos os comediantes, todos os gladiadores...*”. Agindo em sentido contrário à ancestralidade de Marco, a de Cômodo se tornava uma marca infamante, determinando logo na primeira sentença da biografia todo o seu desenrolar.

As perspectivas que são apontadas pela análise dos ancestrais de cada biografado são confirmadas pelos outros elementos da biografia. Assim como no caso dos antepassados, a biografia de Marco Aurélio dá grande destaque à sua educação. Não apenas cita uma extensa lista de matérias e de professores com que estudou, mas fala também da grande atenção dada pelo futuro imperador aos seus mestres, conferindo-lhes honras e deferências, tomando alguns deles como modelo. Marco foi iniciado na literatura, na arte dramática, na música, na geometria, na gramática grega e na latina, além da eloquência (*Marco Aurélio*, II, 2-5). Também o aprendizado da filosofia (II,6 — III,4) recebe destaque na obra. Será a devoção de Marco aos estudos, inclusive, que fará com que sua saúde seja frágil (III,7).

A vida como um todo, assim, faz de Marco a encarnação do ideal do rei sábio: apesar de não ter sido o primeiro imperador a se associar à filosofia e à *paideia* clássica,² será ele que terá sua biografia construída neste sentido pela HA. Receber uma boa educação, no entanto, não é garantia para que o imperador se encaixe neste modelo, como podemos ver nas biografias de Lúcio Vero e de Cômodo. De Lúcio é dito que apesar de demonstrar afeição pelos seus professores (que aliás era retribuída), essa não vinha acompanhada de grande brilhantismo: “*E, na verdade, dizem que ele foi melhor orador do que poeta, ou na verdade, pior poeta do que orador.*” (Vero, II, 7). No caso de Cômodo, apesar de Marco ter procurado garantir-lhe a melhor educação possível, seus professores não foram bem-sucedidos (*Cômodo*, I, 5-7).

A idéia do imperador devotado à cultura não era exatamente uma novidade nem no século II, quanto mais na época da escrita da HA. O que chama a atenção, no entanto, é a ênfase na educação formal como um dos elementos capazes de propiciar a formação do bom imperador. Era jus-

tamente essa educação formal, além da nobreza da ascendência, que distinguia os aristocratas romanos da maior parte da sociedade Baixo Imperial. Aqui também criava-se a identidade entre o bom imperador e a elite política.

A educação era um elemento que, juntamente com a ascendência, deveria ser complementado pela carreira pública do biografado. Com exceção do caso de Avídio Cássio, a carreira de cada imperador é um elemento importante de sua vida antes de obter o título imperial. É a biografia de Marco, no entanto, que define de maneira mais clara a importância de uma carreira: trata-se de uma forma de conseguir experiência nos negócios públicos. Esse é um processo que avança gradativamente, a importância dos cargos e funções exercidas aumentando conforme a idade e a experiência.

Não é por acaso que Adriano lhe confiou, aos seis anos, a dignidade do cavalo público e o introduziu no colégio dos Sálios aos oito anos (*Marco*, IV, 1-4). Aos 15 anos assumiu a *toga virilis* e depois foi nomeado prefeito da cidade. Quando da morte de Adriano, Marco já era um questor, e logo foi nomeado por Pio para um consulado conjunto. Foi indicado também como um dos seis comandantes da ordem eqüestre e, a pedido do Senado, para os colégios sacerdotais (*Marco*, VI, 1-3).

A biografia descreve, assim, sua aproximação do cargo — e da responsabilidade — imperial: Marco dividia as atividades de seu pai se preparando para governar o Estado (VI,6). Esse é mais um dos elementos que fazem dele um bom imperador. É o contrário de Lúcio Vero, que até os 23 anos era um cidadão privado (*Vero*, II, 11) e de Cômodo, que “Ainda era um menino quando recebeu o título de César, ao mesmo tempo em que seu irmão [Ânio] Vero. Aos 14 anos, foi admitido em um dos colégios sacerdotais” (*Cômodo*, I,10). Enquanto o primeiro iniciou sua carreira tardiamente, logo sendo elevado à condição de Augusto pelo irmão, o segundo foi associado à dignidade imperial prematuramente. Nas duas biografias, o resultado está longe de ser julgado favoravelmente.

Assim como acontece com a questão dos antepassados e da educação do imperador, a *História Augusta* valoriza a carreira pública do futuro imperador. Se aqui é vista como uma forma legítima de preparação para a púrpura, essa valorização atendia também às preocupações ligadas ao cotidiano da vida política no século IV. No final deste século, surgiram vários exemplos de imperadores que, da mesma forma que Cômodo, alcançaram o poder imperial muito jovens, sem ter a experiência necessária

(Graciano, Valentiniano II, Arcádio e Honório). É adotada, assim, uma posição muito diferente da que encontramos no panegírico de Claudiano em homenagem ao terceiro consulado de Honório, ocasião em que é celebrado o fato de o imperador já ter nascido rei (15-17). O que poderia explicar uma tal diferença de perspectiva? Manuel Gervás observou como os panegíricos podem ser um instrumento da política imperial, justamente por serem compostos de acordo com interesses que vêm da corte (1991: 26-27). Podemos afirmar, então, que as concepções de Claudiano a respeito do que define a nobreza são diferentes das concepções adotadas pelo autor da *HA*, ligadas ao Senado.

Mais do que isso: a ênfase na carreira civil, e tipicamente *romana* (ou seja, que mesmo no final do século IV poderia ser trilhada por um aristocrata — especialmente pagão), contrastava de forma evidente com a chegada ao trono de imperadores cuja vida até então tivera um caráter eminentemente militar (Valentiniano, Valente, Teodósio). Trilhando essa carreira, o imperador era associado à elite da antiga cúria: ao mesmo tempo em que sua imagem adquiria uma configuração cívica, valorizava o *cursus* senatorial, e com isso toda a ordem. Ou, como observou Sergio Roda, uma vez que a questura, a pretura e o consulado haviam se tornado também símbolos de *status* por sua força evocativa e prestigiosa, valorizá-las significava também valorizar a ordem senatorial e legitimar suas pretensões à liderança daquela sociedade (1993: 660-661).

b) Vida Pública

Tomada nos dois sentidos, como produto literário ou história de vida, a biografia de Marco Aurélio dá o tom a respeito do que é o bom governo. Marco criou ou reforçou leis que davam condições para que os homens livres tivessem sua liberdade garantida (IX, 7-9); valorizou a autoridade jurídica do Senado (X, 1); adotou cautela com relação às despesas públicas e coibiu a ação de delatores (XI, 1); ampliou prerrogativas senatoriais, ajudou as cidades italianas em época de fome e fez provisões para a distribuição de grãos (XI, 2-3); regulamentou heranças e obrigou senadores provinciais a ter ao menos um quarto de sua fortuna fundiária investido na Itália (XI, 6-10); participou pessoalmente dos casos envolvendo pessoas de qualidade (*honestiores*) que pudessem ser condenadas à morte e defendeu que a justiça agisse de acordo com a dignidade dos envolvidos (XIV, 1-3); governou as províncias com moderação e consideração (XVII, 1);

realizou campanhas militares bem-sucedidas contra os germanos, financiadas com os próprios recursos, e não com taxas (XVII,1-5); ajudou as cidades e os necessitados, cancelando dívidas quando necessário (XXIII, 1-7); garantiu diversões para o povo (XXIII, 7).

Em suma, Marco é mostrado como o defensor das liberdades imperiais, dos privilégios e do poder do Senado, das leis, o provedor do povo e o militar vitorioso. As virtudes, aí, não se encontram abstraídas, mas em movimento: a ação do bom imperador gera seu caráter, que caracteriza o bom governo. Isso faz com que o seu reinado seja imbuído de um sentido religioso, ao mesmo tempo exemplar e tradicional.³ O fato de a biografia enfatizar a associação do governo deste Antonino com virtudes como *Libertas*, *Res Publica*, *Civilitas* e *Iustitia*, o fazia uma espécie de campeão do Senado: “Com o povo ele agiu como se age em uma cidade livre (*civitate libera*).” (XII, 1). O sentido de suas medidas é, portanto, o de valorizar o papel e a posição dos senadores. Isso não significa que Marco não receba críticas ou não tome medidas que, lidas no século IV, pareceriam problemáticas: era ridicularizado pelo povo por ler e assinar documentos no circo, durante os jogos, demonstrando pouca atenção a eles (XV,1) e assentou em terras romanas um grande número de estrangeiros (XXIV,3).

Todavia, apesar do grande espaço que a *HA* dedica ao governo na biografia de Marco Aurélio, é interessante observar como, no caso de Lúcio Vero, essa questão aparece. Afinal, apesar de ter — juntamente com o irmão — partilhado do Poder Imperial, Vero não chegou a exercer seu poder (de acordo com a narrativa). Quando partiu para as campanhas na Pérsia, lutou apenas através de legados (*Marco Aurélio*, VIII,12 e *Vero*, VII, 1-10). Mais do que isso, o que a biografia de Marco sugere é que foi ele, e não Lúcio, o responsável pela condução da guerra (*Marco*, XX, 2-4). Na verdade, a omissão de Vero fazia com que, em época de paz, seus libertos conquistassem um grande poder (*Vero*, IX, 3-6).

A biografia de Cômodo, por sua vez, o mostra como um reflexo negativo de seu pai. Sua biografia não mostra nenhuma ação imperial em proveito público, nenhuma medida tomada ou lei promulgada. O governo de Cômodo é, de certa forma, caracterizado como uma farsa: abandonou a guerra quase vencida por seu pai mas mesmo assim celebrou um triunfo (*Cômodo*, III, 5-6); fingiu existir a ameaça de uma conspiração para punir seus rivais (VIII, 2-4); fingiu estar de partida para a África para reunir fundos e gastá-los em festas (IX, 1); por preguiça, não cuidou dos assuntos públicos (XIII, 7); não realizou obras públicas, mas espalhou inscrições suas em diversos monumentos (XVII, 5-10).

A narrativa faz desse reinado, assim, um reinado desprovido de iniciativas positivas. O que o caracteriza é a perseguição aos senadores, a corrupção da justiça e da administração e a omissão. Não apenas o que o imperador fez, mas também como ele o fez era importante para caracterizar seu reinado. Cômodo vivia fechado em seu palácio, deixando seu governo totalmente nas mãos de libertos e funcionários da corte, como Saotero, Perenis e Cleandro (IV,5; V,2; VI,5). Na verdade, uma vez que todas as (más) medidas de governo foram tomadas por estes intermediários, fica claro que Cômodo não se diferenciava de seu pai apenas por ser um mau governante, mas por não governar.

Ao enfatizar a proximidade entre Marco Aurélio e o Senado, mostrando inclusive como esse imperador freqüentava a tradicional instituição cotidianamente (*Marco*, X, 3-9), a *HA* valoriza, à sua maneira, o seu governo, efetivamente dirigido por ele em associação com os senadores. O mau governo de Cômodo é devido não só à demissão dos antigos conselheiros de seu pai, à indicação de homens honrados a cargos inferiores à sua dignidade (*Cômodo*, III, 1-4), à de criminosos para governar as províncias, mas pelo fato de tanto a justiça quanto a administração e a condução de guerras terem ficado a cargo de seus poderosos intermediários. Não eram o imperador e a elite senatorial a governar, mas pessoas de “baixa qualidade”, indignas. É verdade que Marco Aurélio também fez uso de legados em suas campanhas na Espanha e no Egito (*Marco*, XXI, 1). O próprio Lúcio Vero partiu para a campanha no Oriente enquanto Marco ficou em Roma cuidando dos assuntos do Estado (*Marco*, VIII, 9). A diferença entre o uso que esse imperador fazia de intermediários e o uso que Vero e Cômodo (de maneira mais aberta) faziam deles é que Marco não abdicava de suas obrigações por isso. Era ele quem permanecia no poder.

O poder que o imperador possui, portanto, deve ser exercido dignamente *por ele mesmo*, em associação com o Senado. Não por libertos e funcionários, agentes políticos que no século IV chegaram a conquistar imensa influência. Quando Cômodo se recolheu, e evitou aparecer de forma civil, governando, acabou por anunciar os desenvolvimentos do cerimonial imperial que, se no século II não eram conhecidos, no final do século IV eram tidos como um incômodo pelos senadores. Mais do que uma crítica abstrata às realidades políticas do século IV, isso implica em uma tomada de posição: em um contexto competitivo como a vida política no final deste século, trata-se de esvaziar e criticar a posição de um determinado grupo (funcionários e libertos imperiais) no campo político frente a outro (os senadores).

c) A Vida Privada

Apesar de quase não darem espaço às questões relativas ao governo, as biografias de Lúcio Vero e de Cômodo dedicam uma grande atenção ao comportamento privado e ao caráter destes dois imperadores. Isso não significa que a *HA* esteja opondo a atenção ao governo à atenção ao caráter. Na verdade, inserindo-se em uma tradição biográfica ligada a Suetônio, a *HA* mostra que vida pública e vida privada são elementos complementares: daí a biografia de Marco Aurélio dar atenção não apenas ao seu governo, mas ao seu comportamento e ao seu caráter.

Não é por acaso que o comportamento e o caráter de cada imperador estarão de acordo com o julgamento que é feito dele. O bom imperador é elogiado, o mau imperador é criticado de todas as formas, e seus atos são a melhor explicação para isso. Marco Aurélio, por exemplo, por influência da filosofia, adotou um comportamento austero desde os doze anos (*Marco*, II, 6-7). A austeridade é, aliás, a chave para todo o desenvolvimento deste tema em sua biografia. Junto a ela, outras qualidades eram encarnadas por esse imperador: *gravitas*, *civilitas*, *clementia*, *moderatio*, *sanctitas*, *tranquillitas* e *pietas*. A narrativa deixa claro que a sua associação ao estoicismo não se deu apenas através de seus interesses filosóficos, mas também de seu comportamento.

O comportamento de Marco não dizia respeito a ele, apenas: “*era muito razoável em todos os aspectos, tanto em afastar os homens do mal e incitá-los para o bem, generoso ao recompensar e indulgente ao perdoar, fazendo com que os maus homens se tornassem bons e os bons homens melhores.*” (XII,2). Por outro lado, ao mesmo tempo em que servia de exemplo aos seus soldados, por sua energia (XXII, 2), preocupava-se em regulamentar e corrigir o comportamento do povo, proibindo a circulação a cavalo pela cidade, suprimindo os banhos mistos, pondo um freio no comportamento corrompido das matronas e dos jovens nobres e purificando os ritos de Serápis (XXIII, 8-9).

O relato do bom comportamento do imperador, assim, adquire uma dupla importância: por um lado, serve de modelo para os leitores, e especialmente para os imperadores; por outro, mostra que a boa saúde do império está ligada ao bom comportamento imperial. Servia, ainda, para diferenciá-lo de seu irmão adotivo, devotado ao prazer e às diversões além dos limites das conveniências (*Vero*, II,9). É importante ressaltar que, como a biografia de Lúcio destaca, sua fascinação por banquetes, desregramentos sexuais, jogos e espetáculos era grandiosa a ponto de trazer de sua campanha no Oriente tantos atores que, segundo a *HA*, era dito que travara uma

guerra contra uma companhia de atores, e não contra os Partos (Vero, VIII, 11).

Mesmo não sendo a personagem principal desta biografia, Marco Aurélio acaba sendo o seu objeto: Vero copiava o comportamento do irmão quando jovem (Vero, II, 10 e IV, 1-3); Marco exprimiu seu descontentamento com o comportamento do irmão (IV, 11; V, 1-7); o respeito de Vero por seu irmão diminuiu após a guerra contra os Partos (mesma época em que seu comportamento piorou) (VIII, 5-6); Marco foi convidado pelo irmão para uma festa para a qual compareceu apenas para dar um bom exemplo (VIII, 7-11). Essa biografia acaba, assim, por ressaltar a austeridade e gravidade de Marco.

Um efeito semelhante a esse é o provocado pela biografia de Avídio Cássio. Se não se refere à sua educação ou carreira, se não poderia de qualquer forma falar de seu governo (uma vez que Cássio morreu como usurpador), dá uma grande importância ao seu comportamento e ao seu caráter: descreve-o como um líder militar disciplinador e selvagem. A própria biografia cita uma carta de Marco Aurélio na qual fala sobre as legiões sírias, que estavam mal acostumadas, e como Cássio era o homem indicado para controlá-las (Cássio, V, 4-8). Seu caráter, no entanto, reforçava sua distância para com o imperador: era inconstante, tendendo em geral para a severidade e até a crueldade (Cássio, XIII, 8), enquanto a própria biografia ressalta o caráter misericordioso de Marco (Cássio, XI, 1-8).

A HA será mais direta na caracterização de Cômodo através de seu comportamento e de seu caráter: a biografia, em sua maior parte, o descreve sem poupar (maus) exemplos, julgamentos de valor e considerações pessoais. Cômodo é mostrado como repleto de vícios e cruel, além de depravado (Cômodo, I, 5-7). Seu comportamento é descrito em detalhes: como humilhava pessoas dignas (III, 1-9); como comia e bebia todas as riquezas do império (III, 7); como vivia no palácio em meio a festins com as suas concubinas (V, 4-5); como se comportava sexualmente (V, 7-11); como praticava crueldades (X, 4-9) e como participava de espetáculos e jogos no circo, inclusive durante o reinado de seu pai (XI, 10-12; XII, 10-12).

Às qualidades de Marco, assim, são opostos os vícios de seu filho. O comportamento de Cômodo evidencia suas más qualidades como governante. Determinados aspectos da biografia de Marco, no entanto, mostram que seu comportamento, apesar de engrandecido pelos contrastes gerados pelo comportamento de Vero, Cássio e Cômodo, não chega a constituir um paradigma para outros imperadores. É especialmente no que se

refere a questões relativas à família que a *HA* é mais crítica com relação a ele.

Tanto na biografia de Vero (XI, 2-4) quanto na do próprio Marco (XV, 5-6), é mencionado o boato segundo o qual este estaria envolvido na morte de seu irmão, que teria sido envenenado. Apesar de o boato ser desmentido, uma vez que esse imperador “não faria isso”, o fato de não ser suprimido, mas mencionado em duas ocasiões diferentes, mostra que o autor da *HA* queria que seus leitores soubessem de tal estória. Mas esse não é o único problema com sua imagem. Os adultérios de sua esposa, Faustina, recebem um grande destaque em sua biografia: seu amor por um gladiador e o adultério do qual teria nascido Cômodo, o boato de que ela freqüentava marinheiros e gladiadores é agravado pelo fato de Marco não tomar nenhuma medida com relação a isso (*Marco*, XIX, 1-9). Mais do que isso, segundo a obra, quando sua esposa morreu, Antonino pediu ao Senado honras e um templo para ela, ignorando as acusações que existiam (XXVI, 4-9); posteriormente, ainda promoveu os amantes de sua esposa (XXIX, 1-2)

Mesmo no relacionamento com seus filhos ele agia de maneira pouco apropriada: após a morte de Vero, Marco casou a viúva, sua filha, com Cláudio Pompeiano, um homem de idade avançada e de condição inferior a ela (XX,6). Antes de partir para a guerra, de onde havia voltado quando da morte de seu irmão, Marco ainda perdeu seu filho Vero. No entanto, apesar de ter falecido um César e filho de um Augusto, o luto durou pouco tempo, e mesmo assim o imperador não deixou de atender a assuntos públicos (XXI, 3-5). Apesar de, dessa forma, a biografia enfatizar a atenção que Marco dedicava aos assuntos públicos, por outro lado permitia afirmar que sua vida privada não recebia a mesma atenção.

Essa falta de atenção, infamante para o imperador quando é vítima de boatos sobre um assassinato, quando não reage à infidelidade de sua esposa, quando não cuida do casamento de sua filha ou quando dá pouca atenção ao luto por seu filho, se tornou um ônus para todo o Império quando Marco deixou como sucessor seu filho, Cômodo. Historiadores, como André Chastagnol, já chamaram a atenção para como a sucessão do pai pelo filho seria, em si, uma crítica ao princípio de sucessão hereditária (1994: 159). Mais do que isso, no entanto, o fato de Marco ter deixado um filho como o seu acabou por ser um defeito para ele mesmo, que o fez imperador: assim, é dito que se demitia as más pessoas que cercavam seu filho e o influenciavam quando jovem, acabava readmitindo-as por indulgência, diante dos protestos do rapaz (*Cômodo*, II, 6-7). A biografia do Imperador-filósofo, assim, coloca o seguinte problema: como se articu-

lam os diversos elementos presentes nas vidas da HA? De que forma aparecem os imperadores nestas biografias?

3. Podemos observar, assim, que os elementos privilegiados na narrativa das vidas de Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cômodo não foram escolhidos aleatoriamente. Os ancestrais, a educação, a carreira, a forma de governar, a administração da justiça, as medidas tomadas durante o governo, o comportamento e o caráter eram questões que, desde o início do Império até o final do século IV não saíram do centro das preocupações políticas da aristocracia senatorial romana. A maneira como estas personagens aparecem na *História Augusta*, todavia, não depende apenas de como estes elementos são descritos, mas também de como se relacionam no interior de cada biografia.

A *Vita* de Marco Aurélio, por seu próprio tamanho e pela complexidade que estes elementos apresentam aí, é o melhor exemplo disto. Nela, o ideal da associação entre filosofia e Império é realizado desde seu início. Marco é caracterizado de duas formas: pela sua devoção à filosofia e pela santidade de sua vida (I,1). Estes são elementos estreitamente vinculados e que aparecem em sua vida ainda na infância (II,1), sendo explicitamente ligados à filosofia estoíca já ao fazer 12 anos, quando tomou como mestre o filósofo Apolônio de Calcedônia (II, 6-7).

A opção do futuro imperador por esta corrente filosófica não era relevante apenas por ser, advogando a harmonia entre todas as partes do universo, um incentivo ao autocontrole. Mais do que isso, o estoicismo fornecia uma linguagem política ao moralismo das classes dominantes romanas. Como observou Peter Brown, “*os contemporâneos observavam os indivíduos em sua persona publica, ao falarem, ao se postarem de pé, à mesa, ou reagindo, geralmente em público, à tristeza, ao medo e à raiva.*” (1990: 119). Através do reconhecimento alheio, o comportamento em público era imbuído de valor político, o que aumentava a dignidade imperial quando o imperador era Marco.

Associando autocontrole, austeridade, filosofia e estoicismo, a *História Augusta* mostrava estar lidando com expectativas já existentes no século II, encontradas por exemplo em um autor como Plutarco. Para esse autor, a educação era um elemento-chave, permitindo — através do controle dos impulsos da alma — diferenciar a justiça da injustiça. Era através da educação, portanto (e podemos enfatizar aí o papel da filosofia estoíca), que o monarca se tornava capacitado para garantir o reinado da virtude (HIDALGO DE LA VEGA, 1995:139-141). Como perguntara Dião Crisóstomo em seu 62º discurso (1): como pode uma pessoa que não sabe governar a si própria ou a sua alma ser um rei? A filosofia, dessa forma,

não era vista como um fim em si, mas um meio de produzir um bom governo.

A maneira como a biografia de Marco encaminha esta questão é importante, pois permite compreender melhor como a *HA* via a relação entre o conhecimento filosófico e o poder imperial. Mesmo sendo verdade que a educação do futuro imperador nesta disciplina recebe um grande destaque, sendo citado inclusive o fato de freqüentar círculos filosóficos (III, 1-3), a partir do momento em que a biografia começa a falar do governo de Marco, a filosofia é deixada de lado. A despeito de, segundo o autor, Marco ter o costume de repetir a máxima platônica segundo a qual as cidades que florescem são aquelas onde o rei é um filósofo ou um filósofo é o rei (XXVII, 7), ele mesmo será elogiado muito mais como rei do que como filósofo. Apenas quando fala de Avídio Cássio, em outra biografia portanto, é que será feita alguma menção à fama do imperador na filosofia (AVÍDIO CÁSSIO, III, 6-7).

Apesar do que é dito deste imperador no início de sua biografia, o que o qualifica como um bom imperador (na *HA*) é o fato de atender às expectativas senatoriais, e não sua produção intelectual. Isso é feito contrariando o esforço realizado por Marco no século II por se definir à maneira filosófica em seus retratos, mostrando-se portando uma barba alongada e com a fronte franzida, expondo as rugas que evidenciavam a atividade intelectual (ZANKER, 1997: .252). Isto não significa que a *HA* estivesse opondo a filosofia aos valores senatoriais, no entanto. Em pleno século IV, a vida filosófica em Roma era dominada por aristocratas como Nicômaco Flaviano e Pretextato, mesmo que sem grande originalidade (FOWDEN, 1982: 40). Mesmo um filósofo como o já citado Dião Crisóstomo observava em seu segundo discurso, *Sobre a Realeza* (24-26) que apesar de precisar ser educado na filosofia, o rei não precisava estudá-la demais. O fato é que a educação filosófica de Marco Aurélio aparece em sua biografia por ser verdadeira (isto é, aparece também nas fontes), mas também por ser este um tema valorizado pelas elites de todo o Império — inclusive a romana — há séculos.

O imperador que aparece nesta biografia, portanto, mesmo sendo um filósofo, é antes de tudo um membro da aristocracia senatorial romana — um *princeps*. Suas preocupações são as preocupações dela, seu código de conduta é o mesmo adotado — ao menos como ideal — por ela. A visão que é proposta aqui, então, é a de que não bastava o imperador mostrar que participava da mesma humanidade que seus súditos (BROWN, 1993: 893); era necessário deixar claro também o seu envolvimento com a cultura e os códigos de conduta de seus pares. A própria formação de Marco

Aurélio mostra — como vimos — sua inserção nesta aristocracia: sua ascendência é aristocrática, da mesma forma que sua educação e sua carreira. Dessa maneira, vida pública e vida privada se confundem.

Apesar de, na época em que a *HA* foi escrita tanto o conhecimento filosófico quanto o poder imperial passarem a ser concebidos como cada vez mais estreitamente ligados às divindades (BROWN, 1993: 890), nestas biografias tanto a filosofia quanto o império têm origens mundanas. Podemos ver, assim, qual a importância dos erros cometidos por Marco Aurélio no relacionamento com a sua família: é isso o que o afasta dos demais aristocratas, ao tratá-la (a família) de forma excessivamente “imperial”.

Podemos ir, inclusive, mais longe, se pensarmos em como sua maneira de agir rompe com determinadas normas aristocráticas. Em primeiro lugar, porque quando permite que sua mulher cometa adultérios e depois não toma nenhuma atitude, Marco tem sua dignidade ferida tanto como imperador quanto como homem. Dessa forma, preceitos que então já eram tradicionais entre as elites, que advogavam a harmonia familiar e a concórdia, eram expostos à ridicularização pública. Colocavam em dúvida, também, a capacidade de governo do imperador traído.⁴ Não é por acaso que Aurélio Vítor também criticaria sua incapacidade de reger a conduta de sua esposa, o que acabou obscurecendo sua dignidade (16,2).

O fato de Marco casar sua filha com um homem de qualidade inferior, contra a vontade dela e da sua esposa, deixando assim de ampliar ainda mais suas boas relações já indicaria que, no que se refere à sua família, o imperador não seguiu procedimentos típicos dos senadores. O mais grave, no entanto, foi o fato de deixar como sucessor seu filho Cômodo, que deu origem a tantas tragédias e sofrimentos. Dessa forma, apesar de mostrá-lo como um bom governante, a biografia de Marco Aurélio também contém elementos que o desvalorizam politicamente.

Mesmo ressaltando as qualidades públicas e privadas, além da excelência da formação do imperador-filósofo, a sua própria biografia fornece elementos que o diminuem. A vida familiar de Marco Aurélio atenua o contraste de sua vida com a de seu filho: desde Otávio esse era um aspecto tomado como parte importante da imagem imperial, o que havia significado incorporar expectativas e valores aristocráticos. Como observou Paul Zanker (1990: 234-235), referindo-se às imagens da família imperial na época de Augusto, toda ela havia sido associada às divindades, o que teve como consequência tornar o poder imperial inseparável do costume político e da moral. O próprio Marco Aurélio, durante seu reinado, havia in-

vestido nesta direção, ao cunhar a imagem de sua esposa em moedas com a palavra *concordia* (BROWN, 1990: 24).

Essa ambigüidade, presente na biografia de Marco, não aparece nas demais. A biografia de Vero, por exemplo, possui um sentido claro: é construída para descrever o seu mau comportamento, elemento que foi analisado mais acima. Vero não se encaixa no modelo de autocontrole e gravidade que era encarnado por Marco: “era dado aos prazeres, excessivamente alegre e dedicado, até o limite das conveniências, a todas as espécies de jogos e distrações.” (*Vero*, II, 9). O que a biografia mostra, aliás, é seu progressivo distanciamento do comportamento de seu irmão.

Nesse distanciamento, o evento estruturante é a campanha contra os Partos, quando Vero passou um bom tempo no Oriente. De um comportamento que ficava sob os princípios e autoridade de Marco (II,10), seguia sua austeridade e era conforme aos seus princípios morais (III,3), se tornou alguém dedicado apenas a se divertir, a ponto de deixar que outros fizessem a guerra por ele (VI, 7-8). O Oriente, na biografia, representou a possibilidade de se distanciar de Marco, quando tendências que já existiam em seu caráter ganharam força. É isso o que fez com que, como já vimos, Vero se definisse em função do irmão por contraste.

O mau comportamento de Vero, eixo de sua biografia, é reforçado pela sua formação. Enquanto em Marco Aurélio seus ancestrais, sua educação e sua carreira são dignos de grande atenção, em Vero estes temas são pouco desenvolvidos. Especialmente a sua educação, deficiente por sua falta de talentos, e sua carreira, que além de começar tardiamente já tem início com sua ascensão à púrpura, agem no sentido contrário ao da biografia de Marco. Todos os elementos da biografia, portanto, opõem-no ao seu irmão adotivo.

Por que, então, a biografia o define como nem bom nem mau? Uma boa explicação reside na comparação que a própria obra faz entre esse Augusto e o imperador Nero. Em primeiro lugar, lembrando que ambos nasceram no mesmo dia (18 das calendas de janeiro, I, 8). Seu comportamento também tinha pontos em comum com o de seu predecessor (ainda que longínquo): rivalizava com o famoso mau imperador nos vícios, tendo também o costume de sair para andar à noite disfarçado (IV, 6). O que o diferenciava de Nero, no entanto, é o fato de não ser cruel e ridículo (X, 8). Especialmente a crueldade dos maus imperadores era um tema caro à HA. Não sendo cruel, Vero não causava danos mais diretos aos senadores. Não por coincidência, a crueldade é o tema da biografia de Avídio Cássio. Como já vimos, uma tal característica o fazia o oposto do imperador-filósofo (com sua misericórdia), mas também de Lúcio Vero, totalmente

entregue aos prazeres. Por outro lado, é essa mesma característica que o aproxima de Cômodo, o mau imperador.

Tal ênfase pode ser mais bem entendida quando pensamos na maneira como se relacionam os diversos agentes políticos no século IV. Peter Brown chamou a atenção para como, neste período, tomou força o ideal de uma conduta que excluía a violência das relações entre as elites, precisamente por ser este um componente cada vez mais constante nestas relações (BROWN, 1992: 48-50). Um historiador como Amiano Marcelino dava grande atenção a este tema, o que pode ser visto especialmente no relato que faz sobre os processos contra os membros de famílias senatoriais supostamente envolvidos com envenenamentos e adultérios em Roma na época de Valentiniano I (XXVIII, 1). É importante deixar claro, no entanto, que o que se entende aí por “crueldade” só se aplica às famílias senatoriais — é isso o que preocupa estes autores, pelo menos. Não é por acaso, portanto, que a *HA* se preocupe tanto com a questão da execução de senadores (*Cássio*, VIII, 7-8), um problema que vai ser mais grave durante o reinado de Cômodo.

Na biografia do filho de Marco Aurélio, duas marcas de seu caráter são destacadas: sua licenciosidade (que o aproxima de Vero) e sua crueldade (que o aproxima de Cássio). A combinação destes dois vícios o transforma no oposto de seu pai, cuja misericórdia e auto-controle foram devidamente ressaltados pela *HA*. Cômodo é definido como um mau imperador tanto pública quanto privadamente, o que aparece desde sua formação; o resultado é que sua crueldade, sua depravação, sua desmedida, sua preguiça e sua avareza fizeram com que seu reinado assistisse à perseguição de senadores, à proliferação de maus conselheiros, da corrupção, da injustiça e do sofrimento do povo.

É possível observar, portanto, que tanto na escolha dos elementos constantes da biografia de cada personagem quanto na maneira como estes elementos aparecem e se relacionam, onde o público e o privado se confundem, a *HA* elabora dois “tipos” imperiais, que são opostos. Apesar de a inclusão do reinado de Vero e especialmente da tentativa de usurpação de Avídio Cássio serem procedimentos originais nas biografias imperiais,⁵ estruturalmente o conjunto de biografias que escolhemos é mais tradicional, enfatizando a figura dos imperadores, especialmente de Marco Aurélio. Isso não significa, no entanto, que estejamos lidando com um modelo (no sentido de paradigma) do bom imperador, em oposição ao do mau imperador. Na verdade, se a biografia de Cômodo faz dele o modelo do mau imperador, a biografia de Marco não chega a mostrá-lo como o imperador-modelo. É possível dizer, assim, que a *HA* se apropria dos modelos

imperiais preexistentes, e não que os incorpora de maneira passiva. Revela, assim, um pensamento muito mais sutil, que permite combinar a crítica ao elogio.

Não surpreende que temas como a vida familiar, os vícios e o comportamento, público e privado, sejam esmiuçados pela *HA*. Apesar de não existir aí uma crítica ao título imperial em si, é realizada a crítica, a diminuição daqueles que o ocupam (os imperadores). É exposto o outro lado do poder imperial, seus aspectos mais pessoais, e é isso o que esvazia a sua “sacralidade”. As piadas sobre Marco, sua incapacidade de gerir adequadamente sua própria casa, as torpezas e crueldades de Vero, Cássio e Cômodo assumem, por esse viés, ares de instrumento político. O prestígio dos imperadores e do poder imperial é reduzido no que têm de mais íntimo, e justamente no seu apogeu, a época dos Antoninos.

Seria precipitado, portanto, tomar a biografia de Marco Aurélio como um modelo da idealização do bom imperador. Podemos dizer que a relação da *HA* com o que chamamos de modelos imperiais é mais sutil: ao mesmo tempo em que é influenciado por eles, o autor das biografias que analisamos os manipula de acordo com seus interesses políticos. Ao menos aqui não chega a criar ou reproduzir explicitamente nenhum. Mesmo o imperador misericordioso, autocontrolado e bom governante é diminuído frente ao prestígio e à dignidade de seu cargo. A partir daí, como mostram as biografias de seu irmão, do usurpador e de seu filho, a situação só tende a piorar.

Bibliografia

Documentação Textual

- AMMIANUS MARCELLINUS. *Works*. Transl. J. C. Rolfe. London: William Heinemann, 1986. 2v. (The Loeb Classical Library)
- AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. Trad. P. Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975. (Collection des Universités de France)
- CLAUDIAN. *Poems*. Transl. M. Platnauer. London: William Heinemann, 1922. 2v. (The Loeb Classical Library)
- DIO CHRYSOSTOM. *Discourses*. Transl. J. W. Cohoon e H. Lamar Crosby. London: William Heinemann, 1949. 5v. (The Loeb Classical Library)

Histoire Auguste: les Empereurs Romains de IIe. et IIIe. Siècles. Trad. A. Chastagnol. Paris: R. Laffont, 1994.

Panegyriques Latines. Trad. E. Galletier. Paris: Les Belles Lettres, 1955.
(Collection des Universités de France)

Bibliografia

DE BLOIS, L. "Traditional Virtues and New Spiritual Qualities in Third Century Views of Empire, Emperorship and Practical Politics". In: *Mnemosyne*, 48(2): 166-175, 1994

BOURDIEU, P. "Décrire et Prescrire. Note sur les Conditions de Possibilité et les Limites de l'Efficacité Politique". In: *ARSS*, 38: 69-74, 1981

BROWN, P. *Corpo e Sociedade — O Homem, a Mulher e a Renúncia Sexual no Início do Cristianismo.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. *Power and Persuasion in Late Antiquity.* Madison: University of Wisconsin Press, 1992.

_____. "Il Filosofo e il Monaco: due Scelte Tardoantiche". In: *Storia di Roma*, t.III, v.1. Torino: Einaudi, 1993. pp. 877-894.

CHASTAGNOL, A. *Le Senat Romain à l'Époque Impériale.* Paris: Belles Lettres, 1992.

_____. "Introduction Générale". In: *Histoire Auguste: les Empereurs Romains de IIe et IIIe Siècles*, VII-CLXXXII. Paris: R. Laffont, 1994.

CIZEK, E. *Histoire et Historiens à Rome dans l'Antiquité.* Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1995.

CORASSIN, M. L. *Um Estudo sobre a História Augusta: a Vita Alexandri Severi.* São Paulo: Tese de doutoramento apresentada à USP, 1983.

FEARS, J.R. "The Cult of Virtues and Roman Imperial Ideology". *ANRW*, II, 17,2: 827-948.

FOWDEN, G. "The Pagan Holy Man in Late Antiquity". *JHS*, 102: 33-59, 1982.

GERVÁS, M. J. R. *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio.* Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991.

- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.
- MATTHEWS, J. *Western Aristocracies and Imperial Court, A.D. 364-425*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- RODA, S. "Nobiltà Burocratica, Aristocrazia Senatoriale, Nobiltà Provinciali". In: *Storia di Roma*, t.III, v. Torino: Einaudi, 1993. pp. 643-673.
- SMITH, R.R.R., "The Public Image of Licinius I: Portrait Sculpture and Imperial Ideology in the Early Fourth Century". In: *JRS*, 87: 170-202, 1997.
- ZANKER, P. *The Power of Images in the Age of Augustus*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.
- _____. *La Maschera di Socrate: l'Immagine dell'Intellettuale nell'Arte Antica*, Torino: Einaudi, 1997.

Notas

- ¹ Versão adaptada do Capítulo 3 de nossa dissertação de Mestrado apresentada FFLCH/USP, em dezembro de 1998. Devemos nossos agradecimentos ao Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello, que orientou, e à FAPESP, que financiou este trabalho.
- ² Zanker (1997: 247-251) mostra como Adriano já havia iniciado essa tendência. Segundo este autor, os retratos de Marco o mostrarão com a barba e o cenho franzido típicos dos filósofos.
- ³ J.R.Fears (1981) observou, com bastante propriedade, como o culto das virtudes estava ligado aos benefícios que estas divindades conferiam ao povo romano em geral. De certa forma, a valorização religiosa do imperador se dava através dessa mesma concepção.
- ⁴ Como observou Peter Brown (1990: 23) a respeito do século II, citando um fragmento dos *Preceitos Conjugais* de Plutarco, "Um homem que houvesse 'harmonizado' com tamanha elegância e autoridade sua vida doméstica seria digno de crédito para 'harmonizar o Estado, o foro e os amigos'".
- ⁵ Nem Suetônio nem Mário Máximo, por exemplo, dedicaram biografias a personagens deste tipo, e o próprio autor da *HA* ressalta sua originalidade (Avidio Cásio, III, 1-3).